

PARA UMA FILOSOFIA DO INFERNO NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: RESSONÂNCIAS FOUCAULTIANAS E DELEUZIANAS

Relato de Experiência

Adalberto Ferdnando Inocêncio¹

Resumo

As provocações desse relato de experiência visam desacomodar a institucionalização da Educação Ambiental (EA) na realidade brasileira. Com aporte em Foucault e Deleuze, se buscou um modo de olhar para esta adjetivação por meio das noções de acontecimento, dispositivo, e agenciamento, destacando elementos éticos de gerenciamento das vidas no planeta. Argumenta-se em favor da necessidade de educações ambientais como práticas móveis e espontâneas, “não capturadas” pelos aparelhos de Estado e transformadas em documentos e leis.

Palavras Chave: Educação Ambiental; Filosofia do Inferno; Agenciamento.

INTRODUÇÃO

A proposta que se apresenta se inspirou nos direcionamentos da obra: *Para uma filosofia do inferno na educação*, da autora Sandra Mara Corazza. Tenciona-se a um exercício do pensamento de que a Educação Ambiental (EA) se tornou uma construção passível de ser pensada como uma verdade moral de nossos tempos. Admite-se a inegável importância ambiental levantada pelos novos movimentos sociais que eclodiram na década de 1980 e, de forma alguma, se contesta, neste ensaio, a necessidade de práticas educativas voltadas à discussão e problematização das formas de vida que se relacionam com/em/como parte de um meio ambiente. O que se contestou no delineamento desta proposta foi seu caráter institucionalizado, reconhecido em uma série de documentos de caráter oficial e não oficial e proveniente das conferências internacionais e nacionais, fóruns, reuniões, Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/1999), o que configura uma orientação de modos de existência e estar no mundo articulados nos ditames de mercado.

¹ Doutorando pelo programa de pós-graduação em Ensino de Ciências da Universidade Estadual de Londrina (UEL).
Contato: afinocencio88@gmail.com

Apoiou-se nos s conceitos de acontecimento e dispositivo em Foucault e agenciamento em Deleuze, buscando estratégias capazes de pensar a EA institucionalizada na realidade brasileira como um campo imanente que opera pelo oferecimento de práticas esquadrihadas, subjacentes a uma “moral pedagógica da religião cristã e de uma fé moralizadora” (CORAZZA, 2012, p. 24). A fim de aguçar estratégias ativas, capazes de se esquivar ao mapeamento de práticas estatais, tais conceitos são apresentados a seguir, buscando, com eles, denominar o que foi referido como um “território mapeado da EA”.

NOS TRAÇADOS DO MAPA: CARTOGRAFANDO COM FOUCAULT E DELEUZE

Ao cartografar o território da EA institucionalizada, a noção de dispositivo em Foucault e agenciamento em Deleuze assumirão similaridade nas estratégias com que “convida”, de formas sutis, a população a “jogar o seu jogo”. Deleuze (1992) chega a afirmar que a noção de agenciamento proposta por ele e Félix Guattari ajudou Foucault a se debruçar em sua noção analítica dos dispositivos. A noção de dispositivo, basicamente se constitui na “rede que se pode estabelecer entre o dito e o não dito” (FOUCAULT, 2015, p. 364). Os dispositivos são funções cuja finalidade é reiterar, performar e construir, em suma, uma ordem social que não é natural, mas da ordem do convencimento ininterrupto. Se nas sociedades disciplinares vigorou um esquema de poder na disposição de uma rede, nas sociedades de controle, em que o alcance dos governo se dá de forma ainda mais capilar: por fluxos “constantes que culminam um no outro, produzem virtualidades, revestem mobilidades e posicionam monitoramentos em espaços contínuos de comunicação ininterrupta” (PASSETTI, 2013, p. 131). Há, assim, dispositivos disciplinares e dispositivos de controle.

Operando pelos dispositivos de controle, o formato institucional que assumiu a EA agenciam a população na forma de abordagens panfletárias, características de discursos eleitos que vituperam em seus elementos mais sagrados – A Secretaria Especial de Meio Ambiente, a Política Nacional de Meio Ambiente, o Ministério do Meio Ambiente, a própria Constituição Federal, o Programa Nacional de Educação Ambiental, as conferências oficiais como as de Tbilisi e a ECO 92, a Política Nacional de Educação Ambiental, etc. Consagrada pela exigência de ditames internacionais – particularmente como modelo importado da Espanha, como argumentou Reigota (2000) aludindo ao aspecto de banalidade pedagógica a que foi caracterizada a EA pós-governo Fernando Henrique Cardoso – e, como foi visado tratar nesta proposta, fortemente influenciada por um caráter pastoral e moralizante característico da educação nacional, se extraiu das questões formuladas por Corazza (2012) questões outras, pensando a educação em sua interface com o meio ambiente: É possível desvincular a moral pedagógica da religião cristã? Descristianizar esse

pensamento educacional voltado às questões ambientais? Há outras formas de se pensar a EA que não por uma fé moralizadora?

Argumenta-se que a noção instituída de EA que se tem nas tendências pedagógicas brasileiras tem desenvolvido marcos positivos em sua diversidade de abordagens, contudo, se problematiza esse caráter de instituição como chancela do Estado, funcionando como um esquadramento de saberes-poderes que trazem consigo na forma de práticas que este valida como unicamente aplicáveis e circuláveis na dinâmica social. Essas práticas engessadas, nem sempre prescritivas, mas, sempre passíveis de serem pensadas e da ordem dos fluxos que encefam as sociedades de controle foram os elementos que tensionaram uma leitura da EA como acontecimento, como insurgência de uma singularidade única e aguda, dotada de topologias específicas e momentos que favoreceram sua irrupção. Sob a ótica do prisma acontecimento-dispositivo-agenciamento tem-se uma leitura de EA mapeada, referida em maiúsculo e no singular; uma EA admitida pelo Estado, uma EA que não profana as relações estabelecidas com o mercado e não provoca a ordem das coisas. Uma sigla que configura, como bem expresso nas palavras de Godoy (2008, p. 58), “uma situação de aprisionamento das singularidades, reduzida a elementos em conjuntos, ou até a uma realidade numérica e representacional, cuja universalidade é antes um efeito, uma ilusão que se pretende a verdade do único possível”.

O curso, em suma, buscou mapear este território da EA sem, contudo, oferecer estratégias que funcionassem como bússolas a fim de buscar outros territórios. Entende-se que na proposta teórica adotada tal exercício não faria sentido, almejando que cada participante se sentisse provocado a deixar fluir suas próprias singularidades e movimentos espontâneos e oportunos para práticas outras em EA.

CAMINHAR SEM BÚSSOLA OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A EA, como é referida na realidade brasileira ganha contornos com uma série de reivindicações de movimentos ecológicos. Nos últimos anos do século passado, contudo, esta perspectiva na educação sofreu uma intensa captura de suas práticas e discursos pelo Estado, que passou a ditar, em seus marcos institucionais e legais, os caminhos a seguir. A proposta circunscrita no curso que permeia este relato argumenta para a necessidade de se esquivar das práticas institucionalizadas, respeitando a espontaneidade das singularidades que possam aparecer em um contexto não pré-formatado. Defendem-se, portanto, educações ambientais, no plural e em minúsculo.

REFERÊNCIAS

CORAZZA, Sandra Mara. **Para uma Filosofia do Inferno na Educação**: Nietzsche, Deleuze e outros malditos afins. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GODOY, Ana. **A menor das ecologias**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

PASSETTI, Edson. Ecopolítica: procedências e emergência. In. CASTELO BRANCO, Guilherme; VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault**: filosofia & política. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013 (Coleção Estudos Foucaultianos).

REIGOTA, Marcos. La transversalidad en Brasil: una banalización neoconservadora de una propuesta pedagógica radical. **Tópicos en Educación Ambiental**, México, v. 2., n. 6., p. 19-26, 2000. Disponível em: < <http://www.anea.org.mx/Topicos/T%206/Paginas%2019-26.PDF>>. Acesso em: 04. Nov. 2016.